

AmM/F.93
Raro

O BRASIL E A EUROPA OCIDENTAL

Interesses e Relações

Conferência do Ministro Cláudio Garcia de Sousa,
na Escola Superior de Guerra, em 24/VII/1967.

S U M Á R I O

1. A Europa Ocidental

- 1.1. Conceito e significação
- 1.2. Impacto da II Guerra Mundial
- 1.3. Movimento associativos
- 1.4. Problemas

2. Relações do Brasil com a Europa Ocidental

- 2.1. Natureza e objetivos
- 2.2. Relações políticas
- 2.3. Relações culturais
- 2.4. Relações econômicas
- 2.5. Perspectivas

* * * * *

1. A EUROPA OCIDENTAL

1.1. Conceito e significação

O tema "O Brasil e a Europa Ocidental: interêsses e relações" apresenta, de início, duas dificuldades. A primeira é sua amplitude, que me levará, confiado na notoriedade dos fatos relativos àquela parte da Europa, a enfrentar o risco da superficialidade, a fim de observar o limite de tempo usual nesta Escola. A segunda dificuldade, que me atemoriza um pouco, decorre da necessidade de definir um dos termos principais do tema.

Essa dificuldade de conceituação não se refere ao Brasil, pois sabemos bem o que êle representa e o que êle é, muito embora seus contrastes regionais tenham levado a afirmar-se que entre nós coexistem Brasil de idades diferentes; muito embora estejamos ainda longe da conquista integral de nossa vastidão territorial, na qual vivemos como se fôssemos um arquipélago; muito embora, por fim, persistam em nosso país divisões sociais que nos cumpre sanar, pela melhoria das condições de vida dos setores menos favorecidos.

A dificuldade que neste momento me assalta é a de definir o que seja a Europa Ocidental porque é evidente que o conceito geográfico dessa qualificação foi superado, há já bastante tempo, por seu conteúdo ideológico, numa conceituação política corrente nos tempos em que fervia a "guerra fria", mas que seria desnecessária, até incomôda, se a coexistência pacífica universal fôsse, de fato, irreversível e, assim, pudéssemos preocupar-nos unicamente com o choque entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Com a discussão dêsse ponto escapa a minha tarefa, limitar-me-ei a fixar que a Europa desta conferência é a que é ocidental do ponto-de-vista político mais do que geográfico, isto é, aquela cujos regimes democráticos não se dizem populares, mas dignificam e servem ao homem, aqueles cujos governos têm consciência dos problemas sociais e dos deveres do estado, mas respeitam as liberdades individuais e procuram limitar a intervenção estatal.

Em outras palavras, diria ser aquela que, na história, volte suas vistas para os gregos, que primeiro ensaiaram a livre discussão dos assuntos públicos. Aquela que está ainda ligada aos arraçosados dos juráconsultos da velha Roma. Aquela que recebeu e propagou os revolucionários princípios cristãos e guarda os ensinamentos dos Doutôres da Igreja católica, assim como dos reformadores protestantes e dos patriarcas ortodoxos. Aquela que se desfez dos barões feudais e erigiu os estados nacionais, que vieram a ajustar-se aos princípios da Revolução Francesa. Aquela que mandou suas naus por mares nunca dantes navegados e viu partir os colonizadores que, buscando refúgio ou fortuna, desbravaram o Mundo Novo e nêle abriram ca

caminho para a maior potência até hoje conhecida, bem como para nações que poderão transformar-se nas grandes potências de amanhã. Enfim, aquela que é a pátria dos grandes pensadores, cientistas, intelectuais, artistas e industriais que moldaram o nosso século.

Essa Europa, que tem 360 milhões de habitantes, mas de área, apenas a metade do território brasileiro, divide-se em 21 países (República Federal da Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Espanha, Filândia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Malta, Noruega, Países-Baixos, Portugal, Suécia, Suíça e Turquia), sem falar no grande Vaticano e em Mônaco, Andorra, São Marinho e Liechtenstein.

Essa Europa foi o centro do mundo civilizado desde os tempos lendários de Grécia e assim se manteve até bem pouco, ainda que tenha variado a sede principal de seu poder, que andou pela velha Roma, por Aquisgrana, por Paris. Sua importância foi tristemente assinalada nas duas guerras mundiais que nos deram, já em nosso século, uma pálida visão do que pode ser uma hecatombe universal, e foi justamente no curso dessas guerras que a supremacia até então detida pela Europa Ocidental escapou de suas mãos, com a emergência dos dois colossos previstos por Tocqueville.

1.2. Impacto da II Guerra Mundial

Ao término da I Guerra Mundial, as grandes potências da Europa Ocidental encontraram-se mais ou menos ilêsas e prontamente se refizeram, enquanto os dois futuros gigantes se fecharam para o mundo, como que tomando fôlego para seu posterior envolvimento. Já a II Guerra Mundial deixou a Europa Ocidental profundamente devastada, após uma contenda que não teve quartel nem trincheiras, destruiu os centros industriais, calcinou os campos e atingiu as populações civis com bombardeios indiscriminados, até mesmo vingativos. Quando a paz se impôs, a Europa Ocidental - vencidos e vencedores - se encontrou sem forças para renascer da fogueira nela mesmo gerada.

Assim, não é de estranhar que as nações da Europa Ocidental, com naturalidade, mas não sem ressentimento, tenha sido levadas a uma posição secundária em relação aos dois grandes vencedores da guerra, que, em Yalta e Potsdam, resolveram, praticamente a dois, o destino dos territórios ocupados por seus exércitos, fixando implicitamente a divisão de suas esferas de influência.

É difícil precisar quando começou a "guerra fria". Não há dúvida, porém, de que seus primeiros indícios ou efeitos se seguiram, de pouco, ao término da II Guerra, pois logo em janeiro de 1946 foi proclamada na Albânia uma "república popular", primeira expansão comunista, à qual se sucederam, rapidamente, as da Bulgária,

Rumânia, Polônia, Hungria e Tchecoslováquia. Ainda em 1946, verificou-se a primeira confrontação leste-oeste, no Irã, e teve início a tentativa de comunização da Grécia, que só falhou por causa da "Doutrina Truman", afirmada em 1947 e de qual decorreu, pelo menos em inspiração, o "Plano Marshall", proposto no mesmo ano e iniciado em 1948.

Esse gigantesco esforço de auxílio econômico, no qual os Estados Unidos inverteram mais de 11,1 bilhões de dólares em alimentos, maquinaria e outros produtos, além de cerca de 1,2 bilhão de dólares em assistência militar, teve frutos felizmente rápidos, graças, em grande parte, aos valores culturais e técnicos sobreviventes na Europa Ocidental. Assim, em três anos foi dado por concluído, mas seus efeitos ainda perduram porque sem êle não se teria verificado a espantosa recuperação da Europa Ocidental, que foi a base do êxito da aliança atlântica na "guerra fria".

1.3. Movimentos associativos

A consciência de emergência em que se viram assinalou para os países da Europa Ocidental o caminho sábio da conjunção de esforços, num revivescimento de alianças e agrupamentos experimentados no passado, ainda que por motivos nem sempre pacíficos ou generosos. Movidos, de fato, pela extrema penúria, bem como pelo temor da potência eslava que avassalara metade do continente, até ao coração da Alemanha, os europeus-ocidentais se voltaram para as mais variadas uniões, num afã gregário que, rápido, superou até as profundas divergências marcadas durante a guerra. Essa tendência foi firmemente estimulada, quase imposta, pelos Estados Unidos, que, acostumados à unidade de comando e de ação - apesar de seu complicado sistema de pesos e contra-pesos -, acharam impossível lider com cada um dos países isoladamente, ao mesmo tempo em que procuraram evitar o renascimento dos nacionalismos que tantas contendas já haviam provocado na Europa.

Em 1948, já se constituiu a Organização para Cooperação Econômica Européia (OCEE), com a participação de 17 países e o objetivo de promover a recuperação em conjunto da Europa Ocidental, mediante a aplicação dos fundos do "Plano Marshall", somados aos recursos que pudessem ser levantados localmente. Em 1961, depois, portanto, da recuperação regional, a OCEE foi substituída pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com sede igualmente em Paris e destinada a contribuir para a elevação do crescimento econômico e para o melhor aproveitamento da mão-de-obra nos países-membros, bem como a coordenar e incrementar o auxílio desenvolvimentista e a estimular a expansão do comércio mundial.

mundial.

Também em 1948, cinco países europeus-ocidentais (Bélgica, França, Grã-Bretanha, Luxemburgo e Países-Baixos) assinaram um tratado, chamado de Bruxelas, com o objetivo de estabelecer um sistema de segurança coletiva. Esse tratado, hoje perdido nas páginas da História, merece menção por ter sido o primeiro instrumento internacional de íntima cooperação militar e econômica e porque terá inspirado a criação da OTAN, no campo da defesa, e do Conselho da Europa e da União Européia-Occidental, no campo da política.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) foi estabelecida em 1949, para a defesa coletiva do mundo ocidental e uniu, de início, 10 países europeus (Bélgica, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países-Baixos e Portugal) e 2 americanos (Canadá e Estados Unidos), aos quais vieram juntar-se mais 3 europeus (Grécia e Turquia em 1952, e a Alemanha Ocidental, em 1955). A OTAN foi o braço militar do programa de reconstrução da Europa Ocidental e ajudou a contenção das forças reunidas no Pacto de Varsóvia, ensejando, assim, as condições que levaram Krushev a recorrer à coexistência pacífica. Após o momento crucial da confrontação soviético-americana em torno de Cuba, em 1962, a Europa Ocidental e o mundo livre sentiram reforçadas suas esperanças de paz, numa aura de tranquilidade que, entretanto, tornou possível o surgimento de dissensões internas na Aliança Atlântica, a ponto de a França desligar-se dos compromissos militares com a OTAN, num esforço de afirmação nacional ou numa tentativa de levar a Europa - a ocidental, senão toda - a constituir-se em poder autônomo e mediador entre as duas super-potências. A crise da OTAN, da qual a posição francesa não constitui o único indício, foi emplemente estudada na conferência que meu ilustre colega e antecessor na Secretaria Geral Adjunta para Assuntos da Europa Ocidental e África, o Embaixador Donatelo Grieco, pronunciou há um ano nesta Escola. De lá para cá deu-se a efetivação do afastamento francês e da transferência da sede da organização de Paris para Casteau, na Bélgica; encontrou-se a fórmula capaz de permitir a permanência das tropas francesas na Alemanha; e não se falou mais, praticamente, na idéia de multilateralização da força nuclear da Aliança. Assim, acrescentarei apenas que a crise da OTAN parece ter amainado, menos talvez pela superação de seus fatores - a não ser no caso da solução cirúrgica do problema francês - do que pelo "esmaecimento da controvérsia leste-oeste", para usar uma expressão muito adequada recentemente empregada pelo Senhor Presidente da República.

Ao lado da OTAN, não há dúvida de que as Comunidades Européias representam hoje a maior organização européia-occidental.

européia-ocidental. Seus fundamentos são o tratado que estabeleceu a Comunidade Européia do Carvão e do Aço em 1951, e os Tratados de Roma que criaram em 1957, a Comunidade Econômica Européia e a Comunidade Européia de Energia Atômica; sua composição, afora os seis membros plenos (Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países-Baixos), inclui três tipos de associados - os europeus (Grécia e Turquia), os africanos (18 países originários dos impérios coloniais da Bélgica, França e Itália) e os ultramarinos (13 territórios em diferentes estágios de autonomia e em várias partes do mundo); sua direção, que era tripartida, foi centralizada em 1º do mês em curso num conselho único, junto ao qual, aliás, estão hoje acreditadas missões diplomáticas, inclusive a do Brasil. Os seis membros fundadores das Comunidades Européias, cuja formação foi vivamente estimulada pelos Estados Unidos, constituem um mercado de mais de 180 milhões de consumidores, com elevado nível aquisitivo médio, representando a segunda maior unidade econômica do mundo. Hoje a dois anos do fim de seu estágio preliminar, vencidas aparentemente as dificuldades internas de ajustamento, sofre essa Comunidade reflexos por assim dizer, do problema manifestado no seio da OTAN especialmente em face do renovado pedido britânico de admissão, em relação ao qual a França mantém o veto oposto em 1963 enquanto os demais membros se dispõem a aceder. A eventual participação da Grã-Bretanha parece representar para os três países do Benelux, que constituíram, em 1960, uma união econômica própria, a possibilidade de reforço de sua condição de "pequenos" no meio de "grandes"; ante a mesma perspectiva, a Alemanha Ocidental talvez vise a uma nova ponte atlântica e a um apoio a sua resistência às pressões francesas; já a França recearia isso tudo e, mais ainda, a dispersão do esforço comunitário já desenvolvido, com possível retôrno às dificuldades de ajustamento, sobretudo porque, depois da admissão da Grã-Bretanha, não haveria como recusar a de outros países, vários dos quais já apresentaram ou anunciaram seus pedidos de ingresso. A divergência decorre de razões tanto econômicas quanto políticas e é tão complexa que seu exame requereria uma conferência especial.

Completando esta breve revisão do movimento associativo de após-guerra na Europa Ocidental, acrescentarei que, três anos depois da criação da CEE (os "6 de dentro") e tendo falhado o estabelecimento duma zona de livre comércio com todos membros europeus da OCEE, foi instituída a Associação Européia de Livre Comércio (EFTA), com a participação dos "7 de fora" (Áustria, Dinamarca, Grã-Bretanha, Noruega, Portugal, Suécia e Suíça), aos quais se jun

juntou a Finlândia, em 1961, como associada. Com o objetivo de proporcionar o livre comércio intra-zonal de produtos industriais e a expansão do comércio de produtos agrícolas, a EFTA foi uma resposta, quase um desafio à CEE, mas sua fraqueza, apesar dos resultados alcançados (6,7 bilhões de dólares, por exemplo, no comércio intra-zonal em 1965), é revelada pela própria insistência da Grã-Bretanha, país líder do grupo, em aderir às Comunidades Européias.

1.4. Problemas

A intensificação do movimento associativo na Europa Ocidental, dentro do qual se sucedem e acumulam muitas outras siglas que deixei de citar, não significa que inexistam problemas na área, para o que, aliás, bastaria - como se vê particularmente no caso da OTAN e da CEE - que houvessem organizações internacionais.

Desses problemas, o mais sério é a questão alemã, que se encontra presentemente congelada, mas que, ligada à contraposição leste-oeste e a uma série de interesses vultosos e variados, pode, como, de resto, qualquer conflito real na Europa, generalizar-se e pôr em risco a paz mundial. A reunificação da Alemanha parece uma fatalidade, por mais distante que possa estar, e seu advento, que dependerá menos do pensamento ou desejos de Bonn ou Paris do que duma eventual transação entre as duas super-potências, pode ser entrevisto na iniciativa da indústria da Alemanha Oriental de ajustar-se às condições operativas da indústria da Alemanha Ocidental, bem como na abertura do governo desta em relação aos países da Europa Oriental. Interligado com a questão alemã está o problema da multilateralização do poder nuclear na Europa Ocidental, problema a respeito do qual o entendimento soviético-americano em Genebra parece oferecer uma solução que talvez seja aceita pela Alemanha Ocidental como tributo pela reunificação de seu país. O temor do poderio alemão é um dos fatores complicadores dessa questão e se manifesta, de forma crítica, no lado da União Soviética, seja pela lembrança do que foi a ação nazista na última Guerra Mundial, seja pelo efeito desagregador que o intercâmbio econômico da Alemanha Ocidental com a Europa Oriental pode ter sobre a unidade política dessa área de influência soviética, mormente no presente clima de obsolescência da "Doutrina Hallstein"; êsse temor, no entanto, existe também, embora mais sutil, menos aparente, no próprio campo ocidental, onde se aprecia, - não há dúvida-, a associação com a Alemanha Ocidental, mas onde não se esqueceram de todos os agravos da ocupação nazista e onde não deixa de causar apreensão, no setor econômico, o gigantismo, em termos europeus, das empresas alemãs. O problema territorial é outro aspecto da questão alemã e

alemã e cada vez que a associação dos refugiados sudetos, por exemplo, se reúne na Alemanha Ocidental, renovam-se, nos limites da velha "Grande Alemanha", os temores de reconquista germânica, apesar de que o Governo de Bonn sempre se desassocie dessas manifestações e que, inclusive, sejam cada vez maiores na Alemanha Ocidental os indícios de conformação com a perda dos territórios a oeste da linha Oder-Neisse. O fato é que o problema alemão, em face do qual a posição do Brasil tem sido invariavelmente em favor da reunificação, com base no direito de autodeterminação, poderá ou até deverá perdurar por anos e anos, mas não é possível que se eternize porque não é periférico, mas, sim, central, isto é, dos que afetam o mundo inteiro.

Paralelamente à questão alemã e igualmente ligado à amortecida confrontação leste-oeste, pode-se registrar, como um dos problemas da Europa Ocidental, a já aludida divergência no seio da Aliança Atlântica, marcada pela posição da França e dramatizada pelo General De Gaulle. Problema eminentemente político, não lhe são estranhos, porém, motivos econômicos. Com efeito, a postura independente da França não só tem por base a recuperação de sua economia, que tornou possível o dispendiosíssimo desenvolvimento de sua incipiente força nuclear, como é também um indício da resistência à penetração norte-americana na indústria francesa, fato que se deu, na França, como no resto da Europa Ocidental, de par com a reconstrução e em consequência de vários fatores, entre os quais podem ser citados: 1^a) o natural debordamento da economia norte-americana, após o esforço para a vitória na última Guerra Mundial; 2^a) a ânsia competitiva das indústrias européias-ocidentais, que, ante a carência de capitais locais e a necessidade de rápida renovação de suas técnicas e de seu equipamento, buscou a associação das gigantes - e por isso dominadoras - congêneres norte-americanas; e 3^a) a reação dos empresários norte-americanos às medidas de proteção nacionalista ou regionalista que adotaram os países europeus-ocidentais e, em consequência das quais a melhor estratégia para a competição exógena passou a ser a ação endógena. De qualquer forma, está cada vez mais claro que De Gaulle toma um risco calculado, confiante na manutenção da paz e no eventual socorro norte-americano, sem disposição de chegar a uma posição realmente neutralista e pretendendo apenas resguardar para a França e a Europa Ocidental a dose de liberdade que êle - e, com êle, muita gente na França! - julga necessária para o equilíbrio no mundo.

Afora êsses problemas, que têm maior significado, existem ainda na Europa Ocidental outros, que podem, no entanto, ser considerados periféricos, como é o caso da disputa hispano-britâni-



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA